



CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E MERCADO DE CAPITAIS

A Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas apresentou o seu Relatório com mais de cem propostas para apoio ao acesso ao financiamento e à capitalização das empresas.

A AEM teve oportunidade de cooperar, de forma muito próxima e empenhada, nos trabalhos da Estrutura de Missão, em especial no Eixo relativo à “Dinamização do Mercado de Capitais” e foi com satisfação que viu acolhidas muitas das propostas que apresentou.

Nesta edição da UPDATE apresentamos as principais propostas consagradas no referido Relatório, as quais, a serem concretizadas poderão contribuir de forma decisiva para a (re)dinamização do mercado de capitais português.

O Relatório completo está disponível [aqui](#).

ARTIGO NO “OBSERVADOR”

No final de Junho, o Director Executivo da AEM assinou, no jornal Observador, um artigo de fundo a propósito da recente publicação do relatório final da Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas e do respectivo impacto potencial para a melhoria da situação do mercado de capitais nacional.



OBSERVADOR

EMPRESAS

Capitalizar o futuro

Abel Sequeira Ferreira

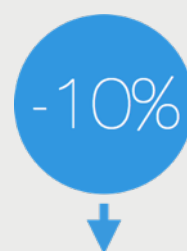
29/6/2016

O artigo completo pode ser lido [aqui](#).

APP AEM - FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

JUNHO 2016



No final de Junho de 2016, o índice PSI-20 encerrou nos 4.453,66 pontos, menos 10,2% do que no final de Maio, e menos 19,8% do que no período homólogo de 2015.



No final de Junho de 2016, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.221,2 milhões de euros, menos 349,8 milhões (14%) do que no mês anterior e menos 686,5 milhões (24%) do que no mesmo período de 2015.

Na Euronext Lisbon, a quebra do volume de transacções em relação ao período homólogo de 2015, foi também de 24%.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



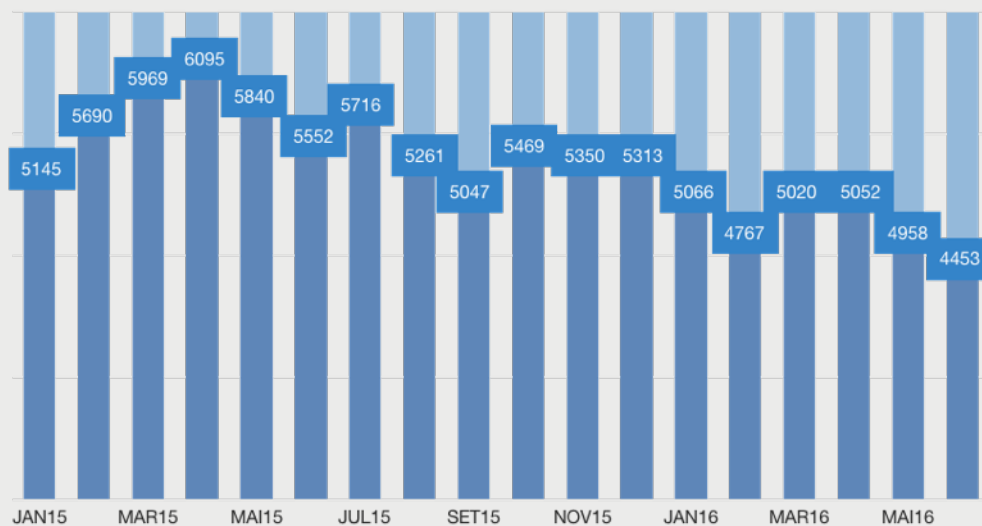
CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA DOMÉSTICA em 15 de Julho de 2016 (em milhões de euros)

EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO
GALP ENERGIA	9 774	CIMPOR	235	SPORTING	31
EDP	9 022	LUZ SAUDE	219	COFINA	27
JERÓNIMO MARTINS	8 791	IBERSOL	214	BENFICA	22
EDP RENOVÁVEIS	6 064	MONTEPIO	200	GLINTT	20
NOS	2 851	PHAROL	158	MARTIFER	18
NAVIGATOR COMPANY	1 879	SONAE CAPITAL	134	INAPA	15
BANCO BPI	1 640	F.RAMADA	133	OREY ANTUNES	14
REN	1 388	SUMOL+COMPAL	105	FCP	12
SONAE	1 286	VAA VISTA ALEGRE	92	SAG GEST	11
BCP	1 139	TEIXEIRA DUARTE	80	ESTORIL SOL P	9
CTT	1 085	ESTORIL SOL N	66	LISGRAFICA	5
CORTICEIRA AMORIM	954	NOVABASE	62	SDC INV.	2
SEMAPA	831	SONAE INDÚSTRIA	52	REDITUS	2
SONAE COM	715	INAPA-PREF S/ VOTO	45	IMOB. GRAO PARA	0,50
ALTRI SGPS	655	TOYOTA CAETANO	40	COMPTA	0,33
MOTA ENGIL	399	IMPRESA	36	SDC INV.-PREF.	0,06
MEDIA CAPITAL	252				

A meio de Julho de 2016, a capitalização bolsista das ações domésticas totalizava 50.785 milhões de euros.

(Fonte: Euronext Lisbon)

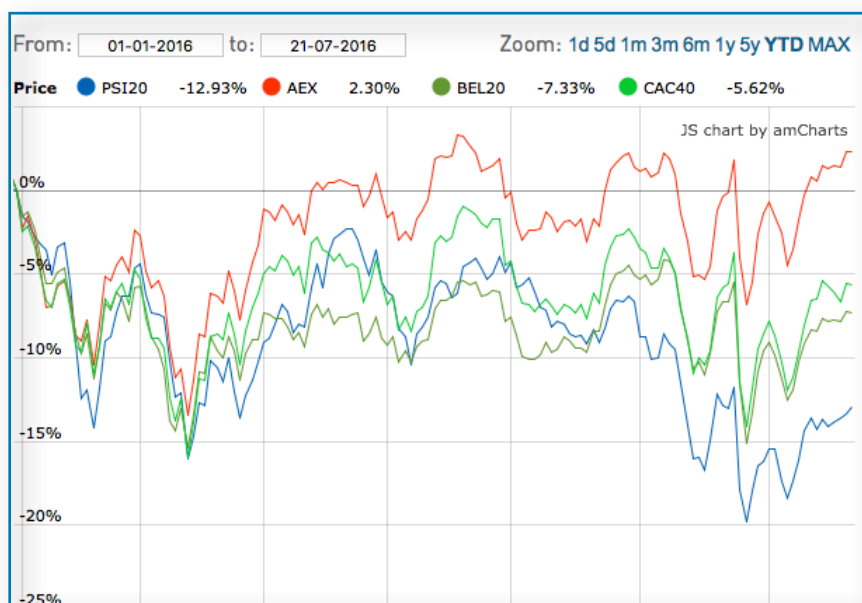
EVOLUÇÃO do ÍNDICE PSI20 em 2016



No final de Junho de 2016, o índice PSI-20 encerrou nos 4.453,66 pontos.

O índice registou, portanto, uma quebra de 10,2% em relação ao final de Maio.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



O quadro da esquerda permite observar a evolução do Índice PSI-20, desde o início do ano, em comparação com os restantes índices do universo Euronext.

(Fonte: Euronext)



CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS RELATÓRIO FINAL DA ESTRUTURA DE MISSÃO

A AEM teve oportunidade de cooperar, de forma muito próxima e empenhada, nos trabalhos da Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas (EMCE), e foi com satisfação que viu acolhidas muitas das propostas que apresentou relativamente à “Dinamização do Mercado de Capitais” nacional.

De entre as medidas acolhidas, um número muito significativo constava das propostas da "Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais", apresentada em Julho de 2013.

Do conjunto das medidas incluídas no Relatório da EMCE merecem destaque aquelas que poderão constituir a base de uma Agenda para o mercado de capitais, com uma forte componente de sensibilização e dinamização da participação no mercado, designadamente:

- Criação de incentivos à participação de PME e MIDCAPs no mercado de capitais (bolsa) através da redução dos respectivos custos directos e indirectos, *e.g.*, regulatórios, de acesso, de manutenção e de transacção em bolsa
- Revisão integrada da legislação nacional e comunitária, com vista à simplificação do contexto regulamentar do mercado de capitais
- Consagração do voto plural nas sociedades anónimas, à semelhança do que acontece em diversos outros Estados europeus, no quadro de uma revisão mais geral do regime da emissão de acções e de identificação das soluções mais equilibradas entre as necessidades de financiamento das empresas e a protecção dos investidores
- Acções no sentido de assegurar que a transposição da regulamentação europeia é executada nas vertentes e com os limites e requisitos ali estritamente previstos
- Simplificação dos procedimentos legais e regulatórios necessários para a realização de aumentos de capital
- Lançamento de um Programa de capacitação de empresas, que fomente a interacção das empresas com novas comunidades de *stakeholders*, inspirado nas experiências internacionais de sucesso, para acesso estruturado a financiamento (mercado de capitais, capital de risco e *business angels*)
- Criação de Empresas de Fomento Económico (EFE), enquanto veículos cotados detentores de participações em empresas portuguesas não cotadas (PME e MIDCAPs), que possam ser objecto de investimento por parte de Fundos de Investimento e Fundos de Pensões
- Criação e lançamento de emissões de certificados de curto prazo e de instrumentos de agregação de valores mobiliários para PME e MIDCAPs e regulamentação da possibilidade de fundos de investimento, designadamente fundos de pensões, investirem nos referidos instrumentos
- Criação de um fundo de investimento especializado que invista em instrumentos de agregação de valores mobiliários de diferentes PMEs e MIDCAPs, a listar no mercado de capitais
- Criação de incentivos à conversão de suprimentos em capital, ou quase capital, designadamente através do alargamento do âmbito de aplicação do regime de remuneração convencional do capital (*regime de allowance for corporate equity*)
- Neutralidade fiscal: revisão da articulação entre o regime de dedutibilidade dos encargos de financiamento e as medidas de incentivo ao financiamento através de capitais próprios, com vista à neutralidade do tratamento fiscal atribuído a ambas as modalidades de financiamento
- Várias outras medidas de índole fiscal (por exemplo: majoração em 200% em sede de IRC dos gastos relacionados com a admissão de títulos a mercado português)
- Definição de um conceito de MID CAP, que propicie o surgimento de novas políticas públicas



EMPRESAS

Capitalizar o futuro

Abel Sequeira Ferreira Email

29/6/2016, 23:55 1

“Todos os estudos sobre o tema mostram, de forma unânime, a associação virtuosa entre um mercado de capitais desenvolvido e o mais rápido e sustentado crescimento da economia por ele servido.”

“O Relatório da EMCE constitui um momento essencial: trata-se do reconhecimento, pela Estrutura de Missão, e também, oficialmente, pelo Governo de Portugal, da necessidade de dotar a economia portuguesa de um mercado de capitais activo e dinâmico, instrumento e motor por excelência do financiamento das empresas e do crescimento da economia.”

LEIA O ARTIGO COMPLETO

do Director Executivo da AEM,
sobre o Relatório da EMCE

e o seu potencial impacto para a melhoria da situação do mercado de capitais nacional, [AQUI](#).

“A Bolsa tem de ser mais atractiva para as novas empresas que pretendam financiar-se através do mercado, com um acesso mais simplificado, menos complexidade regulatória, e custos drasticamente reduzidos.”

“Pretendem incentivar a participação das PMEs no mercado de capitais. Mas já existe um segundo mercado, a Alternext, com apenas duas empresas. É mudando os custos que isso vai mudar?”

“É a simplificar, a descomplicar. Admitimos que a CMVM vai ter de fazer algum trabalho, que o Código de Valores Mobiliários terá de ser revisto. É muito complexo quando falamos de pequenas empresas. Mas não se pretende aliviar a exigência da transparência. Pelo contrário. Podemos simplificar as exigências de acesso, desde logo pelo prospecto, que é uma coisa complicada, tremenda.”

LEIA A ENTREVISTA COMPLETA

do Presidente da EMCE, José António Barros, [AQUI](#)

P
27-06-2016



“Outro aspecto são os custos, de entrada, de manutenção e de transacção em bolsa. Aqui é a Euronext que vai ter de fazer alterações.”

“E como é que a obrigam a baixar os custos?”

“Terá de perceber que se não o faz, qualquer dia não tem clientes em Portugal. O PSI20 já só é de 18. E o segundo mercado está praticamente vazio. É melhor ter uma óptica de longo prazo, baixando os custos de entrada e de manutenção em mercado, e conseguir que um número significativo de empresas vá ao mercado de capitais.”



LEGISLAÇÃO NACIONAL PRINCIPAIS DIPLOMAS RECENTES

Decreto-Lei n.º 20/2016, de 20 de Abril

Procede à 41.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, visando conferir aos acionistas de instituições de crédito a possibilidade de reavaliarem periodicamente a justificação dos limites estatutários em matéria de detenção e exercício dos direitos de voto.

Resolução da Assembleia da República n.º 121/2016, de 30 de Junho

Recomenda ao Governo a criação de um registo central de valores mobiliários no âmbito da transposição da Directiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Maio de 2015.



A propósito da publicação do novo Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, a que demos destaque na nossa UPDATE de Fevereiro de 2016, leia [aqui](#) a reportagem especial da Revista EXAME, sobre o tema, com os contributos da AEM.

TRANSPOSIÇÃO DA DIRECTIVA DA TRANSPARÊNCIA

Decreto-Lei n.º 22/2016, de 3 de Junho

Transpõe parcialmente a Directiva n.º 2013/50/UE, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado.

REGULAMENTO UE DO ABUSO DE MERCADO

Regulamento (UE) n.º 596/2014, de 16 de Abril

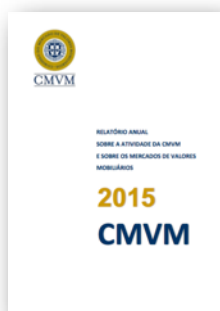
Em 3 de Julho, entrou em vigor o Regulamento (UE) do Abuso de Mercado (ou "MAR"). O MAR é um regulamento europeu de aplicação directa, pelo que as normas e os deveres ali previstos não carecem de transposição expressa para ordenamento nacional (excepto quando tal esteja especificamente previsto), e aplicam-se directamente, designadamente, aos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Sem prejuízo, a entrada em vigor do Regulamento deveria ter sido acompanhada por adaptações da legislação portuguesa, necessárias para evitar situações de lacunas, desarticulação, e/ou inconsistências entre o quadro jurídico nacional e o Regulamento comunitário, o que ainda não aconteceu.



REGULAÇÃO NACIONAL

PUBLICAÇÕES RECENTES DA CMVM



[Relatório Anual da CMVM
2015](#)

Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais
Português – Junho de 2016 - [aqui](#)

Indicadores Mensais sobre Recepção de Ordens
por Conta de Outrem - Maio 2016 - [aqui](#)

Relatório Trimestral de Intermediação Financeira -
1º Trimestre 2016 - [aqui](#)

Estatísticas Trimestrais sobre Day-Trading - 1º t
Trimestre de 2016 - [aqui](#)

Formação Financeira para Micro, Pequenas e
Médias Empresas - [aqui](#)

Regulamento da CMVM n.º 1/2016, Relativo ao
Financiamento Colaborativo de Capital ou por
Empréstimo - [aqui](#).
Diário da República, de 25 de Maio - [aqui](#)

Regulamento da CMVM n.º 2/2016, relativo a
reclamações e resolução de conflitos - [aqui](#)

Relatório Anual de Supervisão da Actividade de
Análise Financeira - 2015 - [aqui](#)

PUBLICAÇÕES RECENTES DO BANCO DE PORTUGAL



[Livro Branco sobre a
Regulação e a Supervisão do
Sector Financeiro](#)

Relatório dos Sistemas de Pagamentos 2015 -
Junho de 2016 - [aqui](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de
Crédito - Resultados para Portugal - Julho de
2016 - [aqui](#)

Boletim Oficial - Julho a Setembro de 2016 -
[aqui](#)

Boletim Estatístico - Julho de 2016 - [aqui](#)

Boletim Económico - Junho de 2016 - [aqui](#)

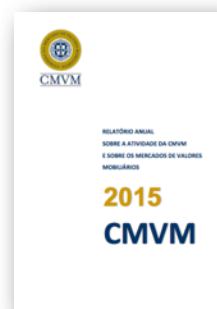
Relatório de Supervisão Comportamental 2015
- Maio de 2016 - [aqui](#)

Relatório de Estabilidade Financeira - Maio de
2016 - [aqui](#)

Relatório do Conselho de Administração -
Actividade e Contas 2015 - Maio de 2016 -
[aqui](#)



A BOLSA EM 2015 ALGUNS DADOS DO RELATÓRIO ANUAL DA CMVM



	Taxa de Rentabilidade 2015
PSI Geral	14,3 %
PSI20 TR (total return)	14,7 %
PSI20	10,7 %
Obrigações do Tesouro	2,4 %
Certificados de Aforro	3,0 %
Índice de Preços no Consumidor	0,5 %

Quadro adaptado do original publicado na pág. 92 do Relatório Anual da CMVM - 2015
Fontes: Euronext Lisbon, IGCP, Banco de Portugal e INE; cálculos CMVM

No que respeita às sociedades cotadas na Euronext Lisbon, o ano de 2015 caracterizou-se por um aumento de 59,7% dos resultados das empresas portuguesas cotadas em mercado regulamentado.

Duas em cada três das empresas analisadas apresentaram resultados líquidos positivos.

Quer as empresas integrantes do índice PSI20, quer as de menor dimensão e liquidez, tiveram maiores lucros, e as empresas financeiras, no seu conjunto, voltaram a obter resultados positivos após vários anos marcados por prejuízos. O aumento dos lucros das empresas cotadas consubstanciou-se numa melhoria da rentabilidade dos capitais próprios, transversal aos diversos grupos de empresas.

Vinte e quatro empresas distribuíram dividendos pelos seus accionistas, mais uma que no ano transacto. Os dividendos distribuídos aumentaram em termos agregados (8,9% nas empresas do índice PSI20 e 12,6% nas demais), com a totalidade dos dividendos a ser distribuída por empresas não financeiras.

Fontes de Financiamento						
Escalões de pessoal ao serviço	Auto Financiamento	Crédito Bancário	Acções e Obrigações	Empréstimos do Estado	Fundos da UE	Outros
1.º (<49)	57,4	32,4	0,0	2,7	1,5	5,9
2.º (50-249)	47,5	25,0	0,1	0,9	3,4	23,1
3.º (250-499)	79,3	15,8	0,2	0,7	2,2	1,8
4.º (≥500)	88,0	5,8	0,1	0,9	0,2	5,0
Total	67,6	19,1	0,1	1,4	1,6	10,2

Quadro adaptado do original publicado na pág. 107 do Relatório Anual da CMVM - 2015
Fonte: Inquérito à Conjuntura do Investimento (INE)

Segundo o Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Investimento do INE, o auto financiamento e o crédito bancário são tradicionalmente as duas principais fontes de financiamento das empresas portuguesas.

Por sua vez, a emissão de obrigações e de acções manteve-se estável e com peso muito reduzido nas intenções de financiamento empresarial português.

Apesar de os empresários considerarem que o mercado de capitais não constitui um factor limitador do investimento, a emissão de acções e de obrigações continua a ser uma alternativa residual de financiamento da expansão e do crescimento empresarial.

Estes dados comprovam a oportunidade, necessidade e urgência do lançamento de uma Agenda para o Mercado de Capitais com uma componente forte de sensibilização e dinamização da participação no mercado nacional.



IRGA - 29.ª EDIÇÃO - DELOITTE

Sob o tema “Um universo em evolução”, realizou-se a Gala de entrega dos Prémios da 29ª edição do Investor Relations & Governance Awards (IRG Awards) da Deloitte Portugal, e que destacou o que de melhor aconteceu no mercado financeiro e empresarial português no ano de 2015.

O prémio **Lifetime Achievement em Mercados Financeiros**, resultado da deliberação directa do Júri, foi atribuído a Vasco de Mello, pela sua carreira, exemplar, de sucesso, dedicada à promoção da excelência.



No quadro dos vencedores da 29.ª edição do Investor Relations & Governance Awards, merecem igualmente destaque os seguintes prémios atribuídos a empresas associadas da AEM:

O prémio **Melhor CEO em Investor Relations**, que distingue quem obteve um desempenho de excelência ao longo do ano de 2015, marcado pela visão estratégica em Investor Relations, foi atribuído a **Francisco de Lacerda**, dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**.

André Gorjão Costa, dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**, recebeu o prémio para o **Melhor CFO em Investor Relations**, o qual reconhece quem demonstrou o melhor desempenho e contribuiu para a qualidade da informação financeira em 2015.

Cristina Rios Amorim, da **Corticeira Amorim, SGPS, S.A.**, foi eleita a **Melhor Investor Relations Officer**, destacando o seu desempenho de excelência nas relações com o mercado em 2015.

O prémio **Melhor Relatório & Contas do Sector Financeiro**, foi entregue ao **Banco Comercial Português, S.A.**, reconhecendo a excelência desta organização, do sector financeiro, na qualidade da informação prestada ao mercado.

O prémio **Melhor Relatório & Contas do Sector Não Financeiro**, foi atribuído à **EDP Renováveis, S.A.**, pela excelência na qualidade da informação prestada ao mercado no sector não financeiro, tendo sido igualmente atribuída uma **Menção Honrosa**, nesta categoria, à **REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**, premiando a evolução qualitativa muito assinalável da respectiva peça informativa.

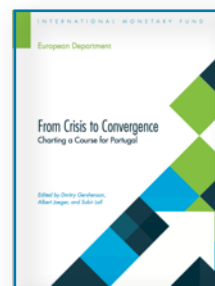
VEJA A INFORMAÇÃO COMPLETA SOBRE OS IRG AWARDS,
INCLUINDO O VÍDEO DA GALA DE ENTREGA DE PRÉMIOS
[AQUI](#)



ECONOMIA PORTUGUESA DIAGNÓSTICOS E PERSPECTIVAS



[Banco de Portugal - Boletim Económico - Junho 2016](#)



[FMI - A Blueprint for Portugal's Future Growth - IMF Survey - June 2016](#)



[Conselho das Finanças Públicas - Análise da evolução orçamental até ao final do 1.º Trimestre de 2016](#)



[EC - Comissão Europeia - Economic Outlook - State of Play - Winter 2016](#)



[UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República - Execução Orçamental em Contabilidade Pública até Maio de 2016 - Julho de 2016](#)



[OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OECD Employment Outlook 2016 - Key findings for Portugal](#)



BE BRAVE ENOUGH NOT TO REGULATE !

No seu último discurso enquanto Comissário Europeu para a Estabilidade Financeira, os Serviços Financeiros e a União dos Mercados de Capitais, Jonathan Hill reflectiu sobre a regulação financeira excessiva e os respectivos impactos negativos para a economia real e para as empresas.

O discurso completo está disponível [aqui](#).



O BREXIT E AS EMPRESAS COTADAS

Na reunião realizada em 8 de Julho último, o Conselho de Direcção da European Issuers (órgão no qual a AEM tem assento) determinou que, pese embora o decepcionante resultado do referendo realizado no Reino Unido com resultado a favor da respectiva saída da União Europeia, a Associação deverá prosseguir o seu trabalho, em favor de um ambiente regulatório mais favorável para as sociedades cotadas, em cooperação estreita com as associações representativas das empresas emitentes do Reino Unido.

Na mesma oportunidade, o Conselho de Direcção da European Issuers também reiterou o seu apoio ao Capital Markets Union Action Plan da Comissão Europeia, enfatizando que este projecto, não deve ser prejudicado pela circunstância da eventual saída do Reino Unido da União Europeia.

No caso português, em particular, a AEM, continuará a cooperar de forma próxima com a Quoted Companies Alliance a associação que representa as *Midcaps* do Reino Unido, considerando essa relação como de especial relevância em tempo de permanentes, profundas e incertas mudanças.

A European Issuers contribuiu para o Relatório da LSEG' "1000 Companies to Inspire Europe", o qual foi lançado, em Junho, no Parlamento Europeu.



O Relatório identifica um grupo de empresas, PMEs e MIDCAPs europeias, com grande potencial de crescimento, em cada um dos Estados Membros da União.

Portugal cota muito bem nesta análise, que inclui 22 empresas portuguesas, confirmando a capacidade de crescimento e desenvolvimento do mercado português.

O Relatório completo está disponível [aqui](#).

APP AEM - FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD



NOVAS PÓS-GRADUAÇÕES NA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

No contexto do acordo de cooperação estabelecido entre a FDL – Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Centro de Investigação de Direito Privado, e a AEM, realiza-se, com início no dia 6 de Outubro de 2016, o II Curso de Pós-Graduação Avançada em Corporate Finance e Governance.

O Curso de Pós-Graduação Avançada em Corporate Finance & Governance é dirigido aos profissionais que necessitam de um nível avançado de conhecimentos das relações societárias internas e externas e, como o seu nome indica, combinando competências jurídicas e financeiras, junta e articula as duas grandes vertentes do direito das sociedades – *corporate finance* e *corporate governance*.



O Curso de Pós-Graduação Avançada em Corporate Finance e Governance, integra dois Cursos de Pós-Graduação, autónomos e que podem ser frequentados em separado:

- o III Curso de Pós-Graduação em Corporate Finance, que decorre entre Outubro de 2016 e Fevereiro de 2017 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso);
- o II Curso de Pós-Graduação em Corporate Governance, que decorre entre Fevereiro e Junho de 2017 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso).

Nos termos da parceria entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a AEM, a qual tem em vista a cooperação e o desenvolvimento de iniciativas comuns, em especial na área da educação e formação jurídica para a comunidade do mercado de capitais, os interessados que no acto da inscrição se identificarem como colaboradores de empresa associada da AEM beneficiam de um desconto de 20% sobre o respectivo valor.

Todas as informações sobre o II Curso de Pós-Graduação Avançada em Corporate Finance e Governance, e os dois Cursos autónomos que o integram, podem ser obtidas, e realizadas as inscrições, através do telefone: 915 575 169 (todos os dias úteis, das 14h00 às 18h00), ou do endereço de e-mail: cidp@fd.ulisboa.pt



ENCONTROS AEM CONFERÊNCIA

 Partilhamos a Experiência.
Inovamos nas Soluções.

PLMJ 
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Regulamento Abuso de
Mercado: o que muda para
as empresas cotadas?**

3 de junho de 2016

PLMJ
INTERNATIONAL
LEGAL NETWORK

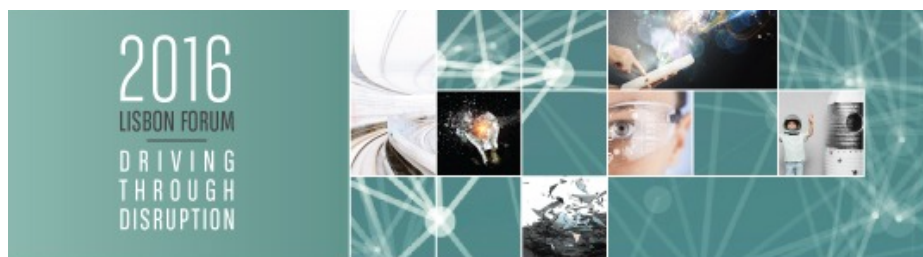
ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • CHINA • MACAO • MOZAMBIQUE • PORTUGAL • SWITZERLAND • UNITED KINGDOM

No início de Junho, realizou-se mais uma sessão dos Encontros AEM, dedicada à análise, reflexão e discussão sobre o Novo Quadro Legal do Abuso de Mercado.

O Orador convidado desta sessão dos Encontros AEM foi o Doutor André Figueiredo, Sócio Coordenador da equipa de Mercado de Capitais da PLMJ, Sociedade de Advogados RL, e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O conjunto da documentação analisada na sessão foi depois distribuído a todas as empresas associadas da AEM.

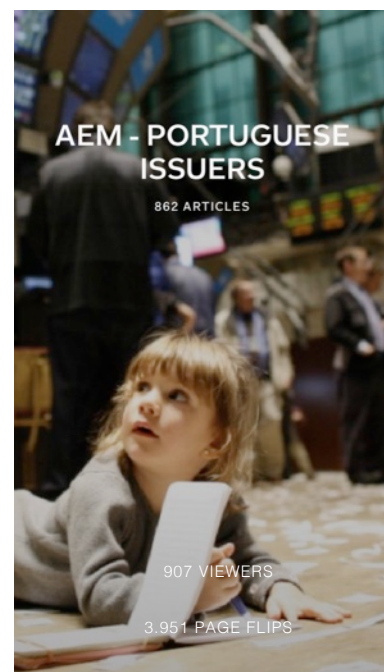
CONFERÊNCIA BNP PARIBAS com a participação da AEM



Sob o lema “Driving Through Disruption”, realizou-se o 2016 Lisbon Forum, organizado pelo BNP Paribas.

O Director Executivo da AEM foi um dos *Guest Speakers* deste importante evento internacional, com intervenção no tema “Changing Regulation”, numa conferência cujos materiais, pela sua actualidade e qualidade, se recomendam.

Toda a informação sobre a conferência, incluindo as apresentações realizadas, está disponível [aqui](#).



SIGA A AEM NO FLIPBOARD

APP AEM

para o

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



MUITO MAIS INFORMAÇÃO DO QUE APENAS AS COTAÇÕES



AEMUPDATE

Julho 2016

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Dto.
1200-092 Lisboa
Tel.: + 351 21 820 49 70
geral@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Julho de 2016

Na elaboração da presente newsletter não foi adoptado o novo Acordo Ortográfico.